



A gestão do presidente Cláudio Costa chega ao fim em 29 de junho, com diversas melhorias para o Judiciário nos últimos dois anos. Além da instalação de varas em comarcas do interior, o desembargador valorizou as iniciativas para tornar mais digna a execução da pena, investiu em ações de segurança para o TJMG e promoveu a informatização das sessões de julgamento, entre outras medidas.

Páginas 4 e 5

Rodrigo Vilaca

■ Em sentido horário: presidente ocupa, interinamente, o cargo de governador do Estado; inauguração das instalações do Fórum de São João del-Rei; Cláudio Costa discursa no Dia de Minas, em Mariana; e comemorações do centenário do Palácio da Justiça Rodrigues Campos

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - JUNHO - 2012
ANO 18 - NÚMERO 172

Cláudio Costa investe em melhorias para o Judiciário



Renata Caldera



Marcelo Albert



Renata Caldera

Contribuições para um Judiciário melhor

No fim deste mês, a gestão do presidente Cláudio Costa chega a seu término. Durante esse período, muitos foram os desafios, consideradas as exigências ao Judiciário contemporâneo e as limitações orçamentárias. Se o início de um mandato traz consigo várias possibilidades, o término dele impõe reflexão, avaliação e o balanço do que foi feito. Ao longo dos últimos dois anos, o desembargador Cláudio Costa ouviu muitos pedidos, atendeu a vários, recebeu pessoas de todas as partes do Estado e, com a participação de muitos, foi construindo um Judiciário melhor.

Muitas foram as contribuições da gestão que se encerra. E esta edição do *TJMG Informativo* dedica a matéria das páginas centrais a uma parte delas. Obviamente, nem todas as ações foram listadas, até porque muitas delas não ganharam os holofotes, mas foram sendo decididas e traçadas no trabalho diligente e silencioso do dia a dia. Pequenas ou grandes, contudo, as melhorias do Judiciário nos últimos anos apontam para o futuro, para um Tribunal cada vez mais comprometido com as necessidades e os anseios da sociedade.

Em sua posse, em 2010, Cláudio Costa expressou seu desejo de investir

em iniciativas para o cumprimento mais digno da pena. Isso tornou-se uma realidade em seu mandato, seja na realização do mutirão carcerário, seja nas diversas ações que envolveram o Programa Novos Rumos.

Melhorou também a segurança de magistrados e servidores, que passaram a contar com o Centro de Segurança Institucional, hoje modelo para outros tribunais do País. Mais do que garantir a ausência de violência em suas dependências, o centro criado no TJMG tem o objetivo de dotar seus servidores e magistrados da convicção de que podem atuar com isenção e tranquilidade, sem temer ameaças e represálias.

A implantação do sistema Themis, que informatiza as sessões de julgamentos das câmaras, foi outro passo importante, a preceder a indispensável instalação do processo eletrônico, anunciada como uma prioridade da próxima gestão.

Difícil seria não citar o trabalho dos vice-presidentes e do corregedor-geral de Justiça, cujos mandatos também se encerram neste mês. O 1º vice-presidente, desembargador Carreira Machado, conduziu de forma democrática e transparente as discussões para o novo Regimento Interno do Tribunal. O

2º vice e presidente eleito, desembargador Herculano Rodrigues, acompanhou a seleção e a formação de novos juízes e intensificou a realização de cursos de aperfeiçoamento para servidores e magistrados. Durante seu mandato, o TJ também escolheu seu hino e sua bandeira.

A 3ª vice-presidente, desembargadora Márcia Milanez, foi uma árdua defensora da conciliação, promovendo mutirões que contribuíram para reduzir os acervos e, principalmente, para dar uma resposta a cidadãos que esperavam pela solução de seus conflitos. A implantação do programa Justiça Restaurativa e o aprimoramento do Justiça Itinerante foram outras iniciativas da 3ª Vice-Presidência.

Na Corregedoria-Geral de Justiça, sob o olhar atento do desembargador Antônio Marcos Alvim Soares, entre outras medidas, destacam-se a implantação do projeto piloto do selo de fiscalização eletrônico no 4º Ofício do Registro de Imóveis de Belo Horizonte, cujo lançamento ocorreu no dia 23 de maio (também tema de matéria nesta edição) e a padronização e a documentação das rotinas de trabalho de diversas varas.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Cláudio Costa

1º Vice-Presidente:

Desembargador Carreira Machado

2º Vice-Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

3º Vice-Presidente:

Desembargadora Márcia Milanez

Corregedor-Geral:

Desembargador Alvim Soares

EXPEDIENTE

Assessora de Comunicação

Institucional: Valéria Valle Vianna;

Gerente de Imprensa: Wilson Menezes;

Coordenadora de Imprensa: Leticia Lima;

Editoras: Francis Rose; Patrícia Melillo;

Design Gráfico: Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão: Globalprint

Editora Gráfica Ltda.

Ascom TJMG

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro, Belo

Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH: (31) 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Portal TJMG: www.tjmg.jus.br

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br

Juiz exerce substituição no Tribunal

O juiz titular da 8ª Vara Cível de Belo Horizonte, Jair José Varão Pinto Júnior, assinou em 3 de maio termo de exercício para compor a 9ª Câmara Cível do TJMG mediante substituição. O presidente do TJ, desembargador Cláudio Costa, afirmou que esse fato é inédito na Casa. Ele parabenizou o juiz e disse que essa decisão requereu estudo e coragem, pois não existe no Estado norma legal ou regimental expressa que disponha sobre convocação de juiz para exercer substituição de desembargador no Tribunal. O TJMG seguiu orientação jurisprudencial do Conselho Nacional de Justiça, segundo a qual a escolha de magistrados substitutos deve obedecer aos mesmos critérios da promoção, alternando-se antiguidade e merecimento. Jair José Varão, indicado e aprovado pela Corte Superior para exercer a substituição, é o magistrado mais antigo da entrância especial.





Renata Caldeira

Em Sete Lagoas, o desembargador Tibúrcio Marques, que representou o presidente Cláudio Costa na solenidade, destacou o esforço do Tribunal para aperfeiçoar o trabalho do Judiciário

TJ instala novas varas em Contagem e Sete Lagoas

Patrícia Melillo e Wilson Menezes

A instalação de novas varas nas comarcas do interior do Estado atende aos objetivos do Planejamento Estratégico do TJMG, que busca a agilidade na tramitação de processos judiciais e o aproveitamento de todos os recursos disponíveis. As comarcas de Contagem e Sete Lagoas foram contempladas no plano de instalação de varas aprovado pela Corte Superior do TJMG para 2012.

Em 8 de maio, o desembargador Moreira Diniz, representando o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, e o juiz Arilson D'Assunção Alves instalaram a 5ª Vara Cível da comarca de Contagem. Segundo a Resolução 691/2012, que determinou a instalação, até que seja alcançada a média de processos que tramitam nas varas cíveis já existentes, as novas ações serão distribuídas à razão de quatro para a 5ª Vara Cível e uma para outras varas.

O juiz Arilson D'Assunção Alves, diretor do Foro de Contagem, manifestou sua satisfação de acompanhar o empenho e a boa vontade do presidente do TJMG em melhorar a estrutura do Poder Judiciário. Para o magistrado, tanto a instalação da 5ª Vara Cível quanto os esforços para a

construção de um novo fórum na comarca são ações extremamente relevantes para agilizar a prestação jurisdicional.

Na oportunidade, Moreira Diniz reconheceu que os magistrados de Contagem têm sobrecarga de trabalho. De acordo com o desembargador, o Tribunal de Justiça está ciente do esforço dos juízes e, mesmo diante da limitação orçamentária, tem buscado soluções para amenizar o atual cenário da comarca.

Sete Lagoas

O desembargador Tibúrcio Marques, representando o presidente Cláudio Costa, instalou, em 11 de maio, a 2ª Vara de Família e Sucessões de Sete Lagoas. O magistrado falou sobre as inúmeras cobranças ao Poder Judiciário e disse que, através de mais essa iniciativa, o Tribunal procura tornar a Justiça mineira mais efetiva e célere para aqueles que precisam resolver seus problemas.

O magistrado destacou que, há alguns anos, o Judiciário mineiro vem adotando modernas técnicas de gestão, com planejamento e estabelecimento de metas. Para ele,

é patente o esforço da instituição para aperfeiçoar-se, mesmo diante de todas as dificuldades, inclusive as de cunho orçamentário. "Por tudo isso, hoje é um dia importante para o Tribunal de Justiça, para a equipe da comarca de Sete Lagoas, para os operadores do direito e, especialmente, para esta comunidade."

Abrangência

A inauguração da 2ª Vara de Família e Sucessões na comarca de Sete Lagoas beneficia também a população dos municípios de Baldim, Santana de Pirapama, Inhaúma, Cacheira da Prata, Jequitibá e Fortuna de Minas. Para o diretor do Foro da comarca, juiz Artur Ber-

nardes Lopes, a iniciativa "constitui, antes de tudo, mais uma vitória dos cidadãos na busca incessante pela excelência na prestação da tutela jurisdicional, um direito fundamental por excelência".

O diretor do Foro disse que os caminhos percorridos para que a instalação dessa nova vara fosse possível não se revelaram áridos nem espinhosos, porque a agilidade na tramitação de processos judiciais é um dos objetivos do Planejamento Estratégico do TJ. Segundo ele, os esforços do presidente do TJMG contribuíram de forma relevante para o sucesso da iniciativa. Estiveram presentes na solenidade, entre outras autoridades, os desembargadores José Antonino Baía Borges e Duarte de Paula.

Através de mais essa iniciativa, o Tribunal procura tornar a Justiça mineira mais efetiva e célere para aqueles que precisam resolver seus problemas



Marcelo Albert

Moreira Diniz disse que o TJ tem buscado soluções para amenizar a sobrecarga de trabalho

Ações mostram balanço positivo

Rodrigo Vilaca



Em julho de 2010, o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, assumiu o governo de Minas, interinamente, para que o governador Antonio Anastasia pudesse viajar ao exterior

Marcelo Albert



Em fevereiro deste ano, o presidente assinou um termo que beneficiou os advogados dativos

Vanderleia Rosa

No comando do Judiciário mineiro desde 2 de junho de 2010, o desembargador Cláudio Costa encerra, no final deste mês, sua gestão como presidente do TJMG. Na ocasião de sua posse, o magistrado expressou sua intenção de investir na melhoria estrutural do Judiciário e na informatização, além de trabalhar pela execução penal. Falou dos desafios, sobretudo orçamentários, e do desejo de atender às reivindicações de juízes e servidores. "Os pedidos são justos, mas só podemos fazer o que o orçamento permite", ponderou.

Dois anos se passaram. Muitas foram as iniciativas implantadas e as ações desenvolvidas, dentro dos limites impostos à instituição. Como o próprio presidente declarou naquela data: "Pretendo dar a minha contribuição". E certamente ela foi dada. Confira algumas das ações do presidente Cláudio Costa.

Mutirão Carcerário

Com a atenção voltada para a execução penal e cumprindo determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Tribunal de Minas, por meio de seu presidente, instalou o Mutirão Carcerário no Estado, em agosto de 2010.

A proposta consistia em verificar todos os processos de condenados, definitivos ou não, nas varas criminais e nas de execução penal. Em Minas Gerais, o Estado foi dividido em seis polos regionais: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Montes Claros, Governador Valadares, Uberlândia e Varginha.

"Rever penas é importante. Corrigir injustiças é essencial", ressaltou na ocasião o presidente.



Marcelo Albert A comarca de Sabará, na Região Metropolitana, foi contemplada com a instalação de uma vara



Renata Caldeira O presidente e seu chefe de gabinete, Gutenberg Junqueira, no centenário do Palácio da Justiça

Instalação de varas e posse de juízes

Para atender ao propósito de tornar a Justiça mineira mais efetiva e melhor estruturada, foram instaladas diversas varas no Estado. As comarcas beneficiadas foram Sete Lagoas, Lagoa Santa, Contagem, Betim, Manhuaçu, Varginha, Poços de Caldas, Guaxupé, Sabará e Ponte Nova. Foram inauguradas as novas instalações dos fóruns de Pouso Alegre, São João do Paraíso, Santa Bárbara e São João del-Rei, foram lançadas as obras do fórum de Visconde do Rio Branco e foi apresentado aos magistrados da comarca de Contagem o projeto do novo fórum local. Foram criados também cargos de juizados especiais e foi instalado o Posto de Atendimento da Infância e da Juventude no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins. Foram instalados ainda cargos de juiz de Direito do Sistema dos Juizados Especiais.

Ainda com essa proposta, 88 novos juízes foram empossados, em única solenidade, durante esta gestão. Dirigindo-se a eles, o desembargador Cláudio Costa lembrou que o exercício da magistratura demanda coragem, mas é preciso ter consciência moral para exercê-la. Posteriormente, outros sete aprovados tomaram posse no cargo.

Investimentos

O investimento em informatização, outra prioridade desta gestão, possibilitou, entre outras iniciativas, a implantação do sistema Themis em todas as câmaras do TJ. O sistema informatiza a sessão de julgamento, permitindo que alvarás de soltura, mandados de prisão e ofícios sejam elaborados, impressos e assinados na própria sessão.

Atendendo a reivindicações, em junho de 2010 o presidente Cláudio Costa encaminhou à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) projeto de lei com proposta de reajuste de 10,14% nos vencimentos dos servidores. O projeto foi sancionado no mesmo mês pelo governador Antonio Anastasia.

Novos Rumos

Ainda com a intenção de melhor aparelhar os órgãos da Justiça, o presidente Cláudio Costa assinou, com outras autoridades, termo de cessão de uso de imóvel. Alguns andares do edifício Bemge, na praça Sete, em Belo Horizonte, passaram a abrigar o programa Novos Rumos do TJMG, responsável por ações voltadas para a humanização no cumprimento da pena.

Na ocasião, Cláudio Costa reforçou o seu compromisso com a execução penal: "A cessão do imóvel possibilitará ao TJMG atender melhor a um universo de homens e mulheres esquecidos e marginalizados pela sociedade".

Ações diversas

A gestão do presidente Cláudio Costa, através do programa Novos Rumos e da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, apoiou o lançamento da campanha Crack Destrói, promovida pelo Instituto Minas Pela Paz, em parceria com o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Conead/MG) e a TV Globo Minas. A campanha busca conscientizar a sociedade sobre os danos provocados pelo consumo de crack à saúde e às relações familiares e sociais.

O presidente também assinou o termo de cooperação para implementação do procedimento de pagamento de honorários aos advogados dativos e a portaria que cria o projeto "No Fundo, Justiça". O projeto visa incentivar magistrados, servidores e a comunidade em geral a efetuar doações a fundos destinados a crianças e adolescentes, sendo esses valores dedutíveis do Imposto de Renda.

Com o objetivo de garantir a milhares de estudantes de escolas públicas o direito de ter o nome do pai no registro de nascimento, o TJMG inaugurou o Centro de Reconhecimento de Paternidade, com sede na avenida Álvares Cabral, 200, em Belo Horizonte.

Ainda nesta administração, foram realizadas audiências para discutir o projeto do Novo Regimento Interno da instituição. Emendas foram propostas e analisadas e pareceres foram emitidos.

O TJMG foi palco também de audiência pública em que foram colhidas sugestões dos operadores da Justiça e da comunidade mineira para aperfeiçoar o projeto de lei do novo Código de Processo Civil (CPC), além de ampliar as discussões sobre o tema. Também foi sede da primeira audiência pública para a apresentação de sugestões referentes à elaboração do novo Código Eleitoral brasileiro.

Centro de Segurança

Com o objetivo de dotar a Justiça mineira da tranquilidade necessária para o cumprimento de seu papel constitucional, o TJMG, por meio de seu presidente, e a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG)

celebraram convênio para a criação do Centro de Segurança Institucional (Cesi). Composto por oito militares, o Cesi tem a atribuição de implementar ações estratégicas relacionadas à segurança dos magistrados, dos servidores e do patrimônio do Judiciário estadual. Posteriormente, um convênio similar foi firmado com a Polícia Civil.

Conciliação

Reconhecendo ser a conciliação um dos principais instrumentos para a promoção da paz social, missão constitucional essencial do Poder Judiciário, esta administração apoiou as diversas ações em prol da conciliação.

Outra iniciativa importante nesse período foi a implantação do projeto piloto da Justiça Restaurativa, metodologia que busca reatar as relações entre ofensor e vítima e restabelecer a paz.

Destaques

Durante sua administração, o presidente Cláudio Costa assumiu, interinamente, o Governo do Estado de Minas Gerais. Também participou da comemoração do Dia de Minas, em Mariana, em 16 de julho do ano passado. Nessa solenidade, pela primeira vez, o orador oficial escolhido pelo governador foi o presidente do TJMG. Outro acontecimento de destaque foi o centenário do Palácio da Justiça Rodrigues Campos, edifício sede do Poder Judiciário Mineiro. Os cem anos do Palácio da Justiça foram marcados pelo lançamento do livro de biografias dos presidentes do TJMG desde 1874, ano da criação da Justiça de 2ª Instância em Minas Gerais, entre outras ações comemorativas.



Marcelo Albert Em 2010, um convênio com a PM permitiu a instalação do Centro de Segurança



■ A primeira selagem eletrônica, presenciada pelo governador Antonio Anastasia e pelos desembargadores Cláudio Costa e Alvim Soares, foi feita no alvará de funcionamento da arena Independência

Cartórios começam a usar Selo Eletrônico

Wilson Menezes e Francis Rose

Uma importante medida foi implantada, em maio deste ano, para melhorar a fiscalização dos atos cartoriais no Estado: o Selo de Fiscalização Eletrônico, que vai substituir os selos físicos utilizados nos Serviços Notariais e de Registro. Com a implantação, que ainda funciona como projeto piloto, os usuários poderão se informar sobre os valores dos emolumentos e das taxas, bem como obter mais dados sobre o ato praticado. A solenidade de lançamento do Selo Eletrônico ocorreu no dia 23. O novo serviço foi possível a partir de uma parceria entre o TJMG, por meio da Corregedoria-Geral de Justiça, e o Governo do Estado de Minas Gerais.

Entre as vantagens do uso do Selo Eletrônico estão a segurança, a possibilidade de acompanhar pela internet os atos lavrados pelos cartórios, a redução de custos com a aquisição de selos físicos e a diminuição dos riscos de fraudes

e sonegação. O Selo Eletrônico é um código único, composto de letras, números e código de segurança. Atualmente, os selos são afixados manualmente nos documentos. Só em 2011, foram utilizados 50 milhões de selos no Estado.

A implantação do projeto piloto está vinculada ao programa Descomplicar, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). O programa tem como objetivo principal desburocratizar as ações que envolvam o Estado, os cidadãos e as empresas.

A primeira selagem eletrônica, durante a solenidade de lançamento, foi realizada no 4º Ofício de Imóveis da capital. Na ocasião, foi averbado o alvará de funcionamento do estádio Raimundo Sampaio, mais conhecido como arena Independência.

No evento, o presidente Cláudio Costa destacou a importância das iniciativas que facilitam o dia a dia do cidadão. Ele lembrou ainda que o uso do Selo Eletrônico confere maior autenticidade aos serviços notariais de Minas Gerais.

Fiscalização

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Alvim Soares, explicou que o Selo Eletrônico será implantado gradativamente em todos os cartórios mineiros. Para o magistrado, o novo serviço vai servir como um instrumento para a fiscalização da prática dos atos notariais, melhorando a confiabilidade do sistema cartorial. Já o governador Antonio Anastasia ressaltou que a medida é de vanguarda e trará mais eficiência para o trabalho. A primeira selagem eletrônica foi feita pelo registrador Francisco José Rezende dos Santos. A primeira certidão será destinada ao acervo da Memória do Judiciário Mineiro.

A autenticidade dos selos pode ser verificada no site selos.tjmg.jus.br. O sistema apresenta dados do ato que foi praticado e a identificação da serventia. O desenvolvimento do projeto e as ações para tornar o selo seguro ficaram a cargo da Diretoria Executiva de Informática (Dirfor) do TJMG, com coordenação da Corregedoria-Geral de Justiça.

Na solenidade de lançamento, também estiveram presentes o presidente eleito do TJMG, desembargador Herculano Rodrigues, o corregedor-geral de Justiça eleito, Audebert Delage, os desembargadores Afrânio Vilela e Delmival de Almeida Campos, além de juizes da Corregedoria.



Alguns presos de Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas Gerais, conseguiram um emprego e atuam na recuperação e na pintura de prédios públicos, como o fórum local

Detentos trabalham para compensar suas vítimas

Letícia Lima

O dia 24 de maio – feriado municipal em Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas – foi de descanso para muita gente da cidade. Mas, para alguns cidadãos que conseguiram emprego há pouco tempo, foi mais um dia de trabalho. Trata-se de cinco detentos que têm como ofício a recuperação e a pintura de prédios públicos, a fim de compensar financeiramente suas vítimas. Isso foi possível devido a uma proposta inusitada da Justiça, apoiada pela Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds) e pelo empresariado local.

Por meio dessa iniciativa, os presos que cometeram crimes de furto, roubo ou tráfico, estão no final do cumprimento da pena e apresentam bom comporta-

mento, têm a oportunidade de trabalhar, receber um salário mínimo e dividi-lo com suas próprias famílias e com as pessoas a quem prejudicaram. Eles saem do presídio às 7h30 e são escoltados até o local de trabalho, no momento, o fórum.

A proposta acabou virando projeto piloto e, de acordo com seu idealizador, o juiz José Henrique Mallmann, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude, abarcou também a Justiça Restaurativa, que promove o encontro de vítimas e agressores para que eles decidam como lidar com as consequências do delito. Além da questão judicial, busca-se a reparação em outras esferas, como a emocional.

Anderson Francisco Chagas teve a moto furtada e já está recebendo o pagamento do bem, o que é resultado do

trabalho de um dos presos. Eles ainda não participaram juntos de uma mesma audiência, mas Anderson acredita que pode ser “tranquilo ficar frente a frente com o detento” e afirmou que pode até perdoá-lo: “O juiz disse que ele está arrependido. Eu acredito. Pode acontecer, sim, o perdão”. Anderson também tem uma visão favorável do projeto: “A vítima recebe o valor material, e quem cometeu o crime se redime perante a sociedade”, sintetizou.

Investimento

O diretor-geral do presídio de Santa Rita do Sapucaí, Gilson Rafael Silva, também aposta na iniciativa. Ele concorda com Anderson e ainda acrescentou que os empresários que ofereceram o emprego também têm sua parcela de ganho ao investir na ressocialização de um preso que, em tese, vai se recuperar e não voltará a praticar crimes. “A segurança local melhora para todos, sobre-

do para quem tem um negócio”, pontuou.

Gilson comentou que o contato com os familiares dos presos foi imprescindível para o resultado positivo do projeto. “Fomos às casas das famílias para explicar o projeto, dizer como todos seriam beneficiados. Elas participaram, aderiram e incentivaram os detentos.”

No caso de tráfico de drogas, como a vítima é o Estado, o dinheiro é destinado a uma clínica de tratamento de dependentes químicos. “Assim, o foco continua sendo as pessoas para quem houve um prejuízo, os usuários de drogas”, afirmou o diretor-geral.

O juiz lembrou ainda outro ponto favorável aos presos e à sociedade. De acordo com a Lei de Execuções Penais, a cada dia trabalhado, o detento tem a pena reduzida em três dias. “Os presos cumprem a pena com dignidade, aprendem um ofício e voltam melhores para a sociedade.”

A estimativa é que, até o final do ano, 20 detentos participem do projeto.

A vítima recebe o valor material e quem cometeu o crime se redime perante a sociedade

Lagoa Santa tem nova unidade jurisdicional

Francis Rose

Uma unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais foi instalada pelo TJMG, em 11 de maio, na comarca de Lagoa Santa, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Na solenidade, o presidente Cláudio Costa foi representado pelo desembargador Antônio Armando dos Anjos, que ressaltou os esforços do TJMG para garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais.

Durante o evento, também discursaram o desembargador José Fernandes Filho, presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos

Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, e o juiz Elton Pupo Nogueira, que representou a diretora do Foro da comarca de Lagoa Santa, juíza Sandra Sallete da Silva. Os magistrados destacaram a importância dos juizados especiais e a melhoria do atendimento à comunidade com a instalação da nova unidade jurisdicional.

Antes de ter uma unidade específica do Juizado Especial, o atendimento à comunidade em Lagoa Santa era feito pelo juiz cooperador de Sete Lagoas Paulo Sérgio Nérís. Segundo ele, que atuava na



Na solenidade, o juiz Elton Nogueira e os desembargadores Antônio Armando dos Anjos e Fernandes Filho

comarca às terças e quintas-feiras, a maior parte das demandas trata de conflitos que envolvem empresas de telefonia, bancos e condomínios. Com a nova unidade, o juizado passa a ter estrutura para funcionar to-

dos os dias da semana, com juiz, equipe e a logística comum a uma vara.

Participaram da audiência solene autoridades locais, magistrados e pessoas da comunidade.

CLICK DO LEITOR



Bruno Dantas Gaia

Projetada pelo arquiteto italiano Taddeo Gaddi, a *Ponte Vecchio* (Ponte Velha) é uma das mais antigas pontes medievais remanescentes na cidade de Florença – rica em história e arquitetura, considerada o berço do Renascimento italiano e uma das cidades mais belas do mundo. Trata-se de uma ponte urbana, habitada, que cruza o rio Arno em três arcos segmentados, edificados sobre píeres maciços, e que se tornou famosa pela quantidade de lojas ao longo de sua estrutura. No início, açougues ocupavam as lojas; atualmente, há joalheiros, negociantes de arte e vendedores de *souvenirs*. Destruída várias vezes por sucessivas enchentes, a ponte foi reconstruída com pedra em 1345. Diz-se que o conceito

econômico de falência (bancarrota) teve origem ali. Quando um mercador não conseguia pagar suas dívidas, a mesa sobre a qual ele vendia suas mercadorias (“banca”) era quebrada (“rotta”) por soldados, prática esta chamada de “bancarotta”. Durante a II Guerra Mundial, a *Ponte Vecchio* não foi destruída pelos alemães na retirada de 4 de agosto de 1944, ao contrário das outras pontes de Florença, supostamente devido a uma ordem direta de Hitler. O pôr do sol na *Ponte Vecchio* é um espetáculo fascinante, a que o viajante não deve deixar de assistir.

Bruno Dantas Gaia – assessor judiciário da 1ª Câmara Cível – Unidade Goiás